

FILIADO À

**CUT**  
**FNU**

# Linha Viva

Sintergia 80  
ANOS  
501º de Maio

BOLETIM OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO

Av. Mal. Floriano, 199/10º e 16º andares - Centro - Rio de Janeiro - Tel.: 2276-9715/9658 - sintergiapress@gmail.com

30-11-2012

## Setor Elétrico 2012

Unidade na luta

Cepel - Eletrobras

Furnas - Eletronuclear

# Em defesa do Setor Elétrico

Mobilização dos(as) trabalhadores(as) em todo o País por mudanças na MP 579, fortalecimento das empresas do Setor Elétrico e manutenção de postos de trabalho, benefícios, PLR e Fundações

Todos(as) trabalhadores(as) do Setor Elétrico (Cepel, Eletrobras, Eletronuclear e Furnas) estão sendo convocados pelo Sintergia para o ato em defesa do Setor Elétrico e pela modificação da MP 579, que coloca em risco a sobrevivência de muitas empresas e conseqüentemente terá efeitos catastróficos para a categoria com o corte de benefícios, extinção da PLR, demissões generalizadas e indiscriminadas e com a probabilidade de que os fundos de pensão percam seus patrocinadores.

A modificação da MP 579 deve obedecer às emendas propostas pelo Movimento Sindical representando os trabalhadores e que visam fortalecer as empresas e com isso garantir a manutenção dos empregos de trabalhadores(as) que tornaram as empresas do Setor Elétrico referência e garantia do crescimento do País, infelizmente sem a participação dos dirigentes das empresas, que só querem garantir seus cargos, sem se importar com as conseqüências para as empresas e sem

ter coragem de se contrapor a uma medida do Governo que é danosa para todos os envolvidos.

A mobilização de todos é fundamental neste momento. Mais uma vez, o Sintergia sai em defesa da categoria e das próprias empresas e por que não da sociedade.

O anúncio midiático de redução de tarifas vem escondendo sistematicamente os danos às empresas e o perigo que a MP 579 representa para os(as) trabalhadores(as).

O Sintergia também quer a redução de tarifas, mas não admite que os(as) trabalhadores(as) paguem a conta.

Nesta segunda-feira, estaremos em todas as empresas a partir do horário de abertura, conscientizando a categoria para a importância do ato que será realizado em frente ao edifício-sede da Eletrobras a partir das 12 horas.

Isso é só o começo de uma luta que pode representar a garantia da saúde financeira das empresas do Setor Elétrico, dos nossos empregos e da tranquilidade de nossas famílias.

**Convocatória, dia 3 de dezembro, a partir da abertura do expediente em todas as empresas, culminando com ato, às 12 horas, em frente ao edifício-sede da Eletrobras (Avenida Presidente Vargas, 409)**

# CUT combate terceirizações

Em audiência pública na manhã desta quinta-feira (22), na Câmara dos Deputados, a Central Única dos Trabalhadores reafirmou ser contrária ao Projeto de Lei 4.330/04, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), com substitutivo de Roberto Santiago (PSD-SP).

O debate foi convocado pelo deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), última instância pela qual o PL passará antes de ir à votação no plenário.

Representada pelo presidente Vagner Freitas, a CUT destacou que o projeto joga a favor da precarização. O texto inicial de Mabel permitia a terceirização no setor público e também nas atividades-fim (principais) do setor privado, algo atualmente proibido pela legislação trabalhista.

Para remediar, em seu substitutivo, Santiago inseriu a obrigação de a terceirizada ser uma “empresa especializada”, voltada à uma única atividade, mas, manteve o ataque aos conceitos de atividades fim, permitindo que um mesmo empresário comande diversas prestadoras de serviço.

Outro ponto mantido no projeto e com o qual a CUT não concorda é a responsabilidade subsidiária. De acordo com o termo, a empresa contratante está livre de qualquer responsabilidade ou fiscalização sobre as condições do trabalhador terceirizado, caso a contratada frequentemente apresente determinadas informações trabalhistas. O grupo de trabalho (GT) da Central criado para discutir o tema exige que a contratante seja responsável por qualquer ataque aos direitos de seus empregados.

## Recado ao mundo

“Qual o recado que o Brasil vai dar ao mundo? O de que somos um país em desenvolvimento, que respeita o direito do trabalhador, a organização sindical, o trabalho decente, tão importantes para o ambiente concorrencial, ou de retrocesso?”

questionou Vagner Freitas, durante sua intervenção.

Para o dirigente, a regulamentação da terceirização no país deve ter como princípio a igualdade de direitos entre contratados diretos e terceirizados.

Ele comentou ainda que a terceirização não acompanha a ideia de melhorar o serviço prestado, mas apenas de diminuir o custo com a mão de obra, trazendo junto a precarização.

“Além de prejudicar o trabalhador e a qualidade do serviço, a terceirização onera o Estado, devido à alta rotatividade, com gastos de seguro-desemprego, do SUS (Sistema Único de Saúde) por conta dos acidentes de trabalho e alimenta a indústria da judicialização”, avaliou o presidente.

Segundo Freitas, por trás da proposta há a intenção de fragilizar as organizações sindicais.

“O Sandro Mabel foi infeliz ao propor o tema, ele quer simplesmente é acabar com as categorias organizadas e cria um mercado informal legal, como na época do Fernando Henrique Cardoso. Por isso, o PL 4.330 não tem concordância da CUT, da CTB, da Nova Central e de muitos setores da Força Sindical e da UGT. O PL inverte a lógica da normalidade democrática e essa Casa tem o dever de não permitir que isso aconteça porque não contribui com o desenvolvimento com Justiça social, do trabalho decente e da distribuição de renda que queremos para o Brasil.”

Também presente na audiência, o secretário de Organização da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), Miguel Pereira, disse que se o projeto de lei passar, teremos o caminho aberto para a concentração de renda.

“As empresas estarão confortáveis, dentro da lei, para substituir os contratos diretos por terceirizados e diminuir salários. Não adianta termos uma grande economia se for injusta e com concentração de renda.”